



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº 1.490/2007

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ALIANÇA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal, arts. 48 e 68, IV, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei.

Art. 1º - O Orçamento do Município de Aliança, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2008, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2008, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto, de 2006-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;



LEI Nº 1.000, DE 15 DE ABRIL DE 2008

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2008 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão do aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 643/2006 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Anuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida



Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2007.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em conjunto a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em conjunto a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 633/2006-STPs, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

§ Único - A Portaria nº 633/06 alterou o Anexo de Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS e a Projeção do Fundo de



Previdência, incluindo campos demonstrativos dos repasses da contribuição patronal, que passou a ser arrecada na Prefeitura e receita orçamentária no Fundo, em cumprimento às Portarias nº 688, 689/08 e 3389/06 - STN, que criou as Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias e a modalidade de aplicação Aplicação Direta de Órgãos, Fundos e Entidades.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.



Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 633/2006-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2008, 2009 e 2010.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2008, 2009 e 2010.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2008, serão definidas e demonstrada no Plano Plurianual de 2006 a 2009, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.



§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2008 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2008, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2008 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19 - A Lei Orçamentária para 2008 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 - O Orçamento para exercício de 2008 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e de equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º-4º, L. 5ª e 48 LRF).

Art. 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2008 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os



estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 2º da LRF)

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotará o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior em cada fonte de recursos.

Art. 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2008, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2007 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

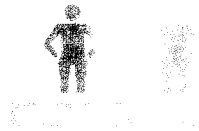
Art. 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2007.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26 - O Orçamento para o exercício de 2008 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 5% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 15% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 8º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).



LEI Nº 1.188 DE 2008

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, enquanto estes não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 29 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2008 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e § 1º da LRF).

Art. 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2008, constante do Anexo Proprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, II e 2º da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2008, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).



LEI Nº 1.000, DE 2008

Art. 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2008 a preços correntes.

Art. 36 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 37 - Durante a execução orçamentária de 2008, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2008 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 38 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 39 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integram a Lei Orçamentária de 2008 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 40 - A Lei Orçamentária de 2008 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de



LEI Nº 1.188 DE 15 DE ABRIL DE 2008

Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 41 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL.

Art. 43 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2008, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2008.

Art. 44 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2008, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2007, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 05% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 47 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou



funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 48 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 49 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF)

Art. 50 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2008, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Art. 52 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALIANÇA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

AOS 26 DE SETEMBRO DE 2007.

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito Interino



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

EXERCÍCIO DE 2008

AMF - Tabela I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a/PIB x 100)	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b/PIB x 100)	% PIB (b/PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c/PIB x 100)	% PIB (c/PIB x 100)
Receita Total	31.392.865,80	30.012.300,00	0,055	32.833.798,30	30.012.612,70	0,055	34.196.400,89	30.012.639,01	0,055
Receitas Primárias (I)	31.382.405,80	30.002.300,00	0,055	32.822.858,19	30.002.612,60	0,055	34.185.006,77	30.002.638,90	0,055
Despesa Total	31.392.865,80	30.012.300,00	0,055	32.833.798,30	30.012.612,70	0,055	34.196.400,89	30.012.639,01	0,055
Despesas Primárias (II)	31.183.665,80	29.812.300,00	0,055	32.614.996,02	29.812.610,62	0,055	33.968.518,32	29.812.636,75	0,054
Resultado Primário (III) = (I - II)	198.740,00	190.000,00	0,000	207.862,17	190.001,98	0,000	216.488,45	190.002,15	0,000
Resultado Nominal	315.925,71	302.032,22	0,000	329.739,91	301.407,59	0,000	311.815,06	273.666,01	0,000
Dívida Pública Consolidada	7.183.876,12	6.867.950,40	0,012	7.513.616,03	6.868.021,96	0,012	7.825.431,09	6.868.027,98	0,012
Dívida Consolidada Líquida	7.183.876,12	6.867.950,40	0,012	7.513.616,03	6.868.021,96	0,012	7.825.431,09	6.868.027,98	0,012

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

01) O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEL	2008	2009	2010
PIB real (crescimento % anual)	3,85	3,84	3,78
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	3,71	3,50	3,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)	2,37	2,47	2,54
Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,60	4,59	4,15
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	56.505.000.000,00	59.331.000.000,00	62.000.000.000,00

02) Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2008	2009	2010
Valor Corrente / 1,0460	Valor Corrente / 1,0940	Valor Corrente / 1,1394



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2006

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas		Metas Realizadas		Variação	
	2006 (a)	% PIB	2006 (b)	% PIB	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	26.620.000,00	0,052	22.516.482,39	39,000	-4.103.517,61	-15,41
Receitas Primárias (I)	26.560.000,00	0,052	22.516.482,39	39,000	-4.043.517,61	-15,22
Despesa Total	24.500.000,00	0,048	23.473.794,87	87,000	-1.026.205,13	-4,18
Despesas Primárias (II)	24.367.199,00	0,047	23.340.999,67	67,000	-1.026.199,33	-4,21
Resultado Primário (I - II)	2.192.801,00	0,004	-824.517,28	-28,000	-3.017.318,28	-137,60
Resultado Nominal	5.968.513,34	0,011	5.865.149,08	8,000	-103.364,26	-1,73
Dívida Pública Consolidada	5.968.513,34	0,011	6.803.798,48	48,000	635.285,14	10,64
Dívida Consolidada Líquida	5.968.513,34	0,011	6.270.387,46	46,000	301.874,12	5,05

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2006

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2006	51.000.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2006	

ALIANÇA, 26 de setembro de 2007

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito InterinoIZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17920-PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO DE 2007

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, § 2º inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	
Receita Total	17.709.711,43	22.516.482,39	27,14	30.012.300,00	33,29	31.392.865,80	4,60	32.833.798,30	4,59	34.196.400,89	4,15	
Receita Primária (I)	17.709.711,43	22.516.482,39	27,14	30.002.300,00	33,24	31.382.405,80	4,60	32.822.858,19	4,59	34.185.006,77	4,15	
Despesa Total	19.363.249,44	23.473.794,87	21,22	30.012.300,00	27,85	31.392.865,80	4,60	32.833.798,30	4,59	34.196.400,89	4,15	
Despesa Primária (II)	19.185.879,48	23.340.999,67	21,65	29.812.300,00	27,72	31.183.665,80	4,60	32.614.996,02	4,59	33.968.518,32	4,15	
Resultado Primário (I - II)	-1.476.168,05	-824.517,28	-44,14	190.000,00	-123,04	198.740,00	4,60	207.862,17	4,59	216.488,45	4,15	
Resultado Nominal	405.238,38	5.865.149,08	347,33	597.562,95	-89,81	315.925,71	-47,13	329.739,91	4,37	311.815,06	-5,43	
Dívida Pública Consolidada	635.285,14	6.603.798,48	939,50	6.867.950,41	4,00	7.183.876,12	4,60	7.513.616,03	4,59	7.825.431,09	4,15	
Dívida Consolidada Líquida	405.238,38	6.270.387,46	447,33	6.867.950,41	9,52	7.183.876,12	4,60	7.513.616,03	4,59	7.825.431,09	4,15	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	
Receita Total	19.356.714,59	23.538.730,69	21,60	30.012.300,00	27,50	30.012.300,00	0,00	30.012.612,70	0,00	30.012.639,01	0,00	
Receita Primária (I)	19.356.714,59	23.538.730,69	21,60	30.002.300,00	27,45	30.002.300,00	0,00	30.002.612,60	0,00	30.002.638,90	0,00	
Despesa Total	21.164.031,63	24.539.505,15	15,94	30.012.300,00	22,30	30.012.300,00	0,00	30.012.612,70	0,00	30.012.639,01	0,00	
Despesa Primária (II)	20.970.166,27	24.400.681,05	16,35	29.812.300,00	22,17	29.812.300,00	0,00	29.812.610,62	0,00	29.812.636,75	0,00	
Resultado Primário (I - II)	-1.613.451,67	-861.950,36	-46,57	190.000,00	-122,04	190.000,00	0,00	190.001,98	0,00	190.002,15	0,00	
Resultado Nominal	442.925,54	6.131.426,84	284,30	597.562,95	-90,25	302.032,22	-49,45	301.407,59	-0,20	273.666,01	-9,20	
Dívida Pública Consolidada	694.366,65	6.903.610,93	894,23	6.867.950,41	-0,51	6.867.950,40	0,00	6.868.021,96	0,00	6.868.027,98	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	442.925,54	6.555.063,05	379,94	6.867.950,41	4,77	6.867.950,40	0,00	6.868.021,96	0,00	6.868.027,98	0,00	

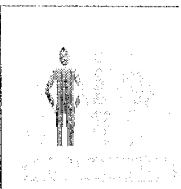
Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO											
2005	2006	2007	2008	2009	2010						
5,68	4,55	4,54 *	4,60 *	4,59 *	4,15						
VALORES DE REFERÊNCIA											
Valor Corrente x	1,0930	Valor Corrente x	1,0454	Valor Corrente x	1,0000	Valor Corrente x	1,0460	Valor Corrente x	1,0940	Valor Corrente x	1,1394

* Inflação Média (% taxa) para o ano em base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE

ALIANÇA, 26 de setembro de 2007



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

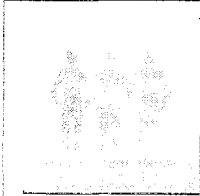
ANEXO DE METAS FISCAIS

DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO DE 2007

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTeiro
CONTADOR CRC N. 178.22/PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2008

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	%	2005	%	2004	%
Patrimônio/Capital	-7.058.129,30	100,00	-473.349,13	100,00	642.212,13	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	-7.058.129,30	100,00	-473.349,13	100,00	642.212,13	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

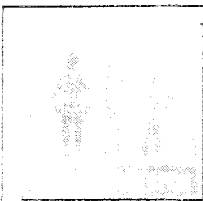
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	%	2005	%	2004	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL						

te: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos de Almeida
Prefeito Interino

IZAURA P. D'AR. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17822-PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2008

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

RS 1.00

RECEITAS REALIZADAS	2006 (a)	2005 (d)	2004
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alineação de Bens Imóveis			
Alineação de Bens Móveis			
TOTAL (I)			

DESPESAS LIQUIDADAS	2006 (b)	2005 (e)	2004
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL (II)			
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos de Araújo
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17822-PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

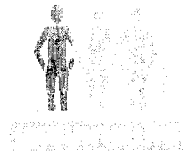
EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES	1.106.955,13	1.269.922,73	1.192.003,29
Receita de Contribuições	1.106.955,13	1.269.922,73	1.192.003,29
Pessoal Civil	454.616,44	686.572,08	697.314,93
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	652.338,69	583.350,65	494.688,36
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	1.106.955,13	1.269.922,73	1.192.003,29
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.106.955,13	1.265.731,70	1.547.193,15
Despesas Correntes	1.106.955,13	1.265.731,70	1.547.193,15
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária de Aposentadorias entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.106.955,13	1.265.731,70	1.547.193,15
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	0,00	4.191,03	355.189,86
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 178224/E



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2008

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	---

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N.º 17822-PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2008

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso

R\$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2008	2009	
TOTAL				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito Interino

IZABRA P. DA F. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17822-41



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
RECEITAS
EXERCÍCIO DE 2008

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS CORRENTES	17.688.560,44	22.472.482,39	29.902.300,00	31.277.805,80	32.713.457,05	34.071.065,49
Receita Tributária	476.702,82	373.157,69	460.550,00	481.735,30	503.846,95	524.756,59
Receita de Contribuição	7.881,25	976.648,84	1.400.000,00	1.464.400,00	1.531.615,96	1.595.178,02
Receita Patrimonial	23.107,05	16.484,95	23.000,00	24.058,00	25.162,26	26.206,49
Aplicações Financeiras						
Outras Receitas Patrimoniais	23.107,05	16.484,95	23.000,00	24.058,00	25.162,26	26.206,49
Transferências Correntes	16.491.371,40	20.503.262,76	27.141.000,00	28.389.486,00	29.692.563,40	30.924.804,78
Demais Receitas Correntes	689.497,92	602.928,15	877.750,00	918.126,50	960.263,48	1.000.119,61
RECEITAS DE CAPITAL	21.150,99	44.000,00	110.000,00	115.060,00	120.341,25	125.335,40
Operações de Crédito						
Alienação de Ativos			10.000,00	10.460,00	10.940,11	11.394,12
Amortização de Empréstimos						
Transferência de Capital	21.150,99		100.000,00	104.600,00	109.401,14	113.941,28
Outras Receitas de Capital						
TOTAL	17.709.711,43	22.516.482,39	30.012.300,00	31.392.865,80	32.833.798,30	34.196.400,89

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos de Arruda
Prefeito Interino

LEANDRA DA P. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17822 PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
DESPESAS
EXERCÍCIO DE 2008

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (I)	18.502.636,15	23.041.588,27	26.617.070,00	27.841.455,22	29.119.378,00	30.327.832,17
Pessoal e Encargos Sociais	12.937.230,16	15.726.848,38	20.506.000,00	21.449.276,00	22.433.797,76	23.364.800,36
Juros e Encargos da Dívida		1.200,60				
Outras Despesas Correntes	5.565.405,99	7.313.539,29	6.111.070,00	6.392.179,22	6.685.580,24	6.963.031,81
DESPESAS DE CAPITAL (II)	860.613,29	432.206,60	834.000,00	872.364,00	912.405,49	950.270,30
Investimentos	675.243,33	297.812,00	614.000,00	642.244,00	671.722,99	699.599,49
Inversões Financeiras	8.000,00	2.800,00	20.000,00	20.920,00	21.880,22	22.788,24
Amortização da Dívida	177.369,96	131.594,60	200.000,00	209.200,00	218.802,28	227.882,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA + RESERVA DO RPPS(III)			2.561.230,00	2.679.046,58	2.802.014,81	2.918.298,42
TOTAL (IV)=(I+II+III)	19.363.249,44	23.473.794,87	30.012.300,00	31.392.865,80	32.833.798,30	34.196.400,89

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos da Arruda
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRF N.º 7892/PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

RESULTADO PRIMÁRIO

EXERCÍCIO DE 2008

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

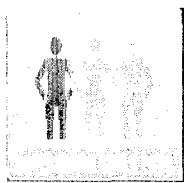
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS CORRENTES (I)	17.688.560,44	22.472.482,39	29.902.300,00	31.277.805,80	32.713.457,05	34.071.065,49
Receita Tributária	476.702,82	373.157,69	460.550,00	481.735,30	503.846,95	524.756,59
Receita de Contribuição	7.881,25	976.648,84	1.400.000,00	1.464.400,00	1.531.615,96	1.595.178,02
Receita Patrimonial	23.107,05	16.484,95	23.000,00	24.058,00	25.162,26	26.206,49
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	23.107,05	16.484,95	23.000,00	24.058,00	25.162,26	26.206,49
Transferências Correntes	16.491.371,40	20.503.262,76	27.141.000,00	28.389.486,00	29.692.563,40	30.924.804,78
Demais Receitas Correntes	689.497,92	602.928,15	877.750,00	918.126,50	960.268,48	1.000.119,61
RECEITAS FISCAIS CORRENTES(III) = (I - II)	17.688.560,44	22.472.482,39	29.902.300,00	31.277.805,80	32.713.457,05	34.071.065,49
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	21.150,99	44.000,00	110.000,00	115.060,00	120.341,25	125.335,40
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VI)	0,00	0,00	10.000,00	10.460,00	10.940,11	11.394,12
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	21.150,99	0,00	100.000,00	104.600,00	109.401,14	113.944,28
Outras Receitas de Capital	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	21.150,99	44.000,00	100.000,00	104.600,00	109.401,14	113.944,28
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	17.709.711,43	22.516.482,39	30.002.300,00	31.382.405,80	32.822.858,19	34.185.009,77
RECEITA TOTAL	17.709.711,43	22.516.482,39	30.012.300,00	31.392.865,80	32.833.798,30	34.196.400,89
DESPESAS CORRENTES (X)	18.502.636,15	23.041.588,27	26.617.070,00	27.841.455,22	29.119.378,00	30.327.832,17
Pessoal e Encargos Sociais	12.937.230,16	15.726.848,38	20.506.000,00	21.449.276,00	22.433.797,76	23.364.800,56
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	1.200,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.565.405,99	7.313.539,29	6.111.070,00	6.392.179,22	6.685.580,24	6.963.031,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	18.502.636,15	23.040.387,67	26.617.070,00	27.841.455,22	29.119.378,00	30.327.832,17
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	860.613,29	432.206,60	834.000,00	872.364,00	912.405,45	950.270,30
Investimentos	675.243,33	297.812,00	614.000,00	642.244,00	671.722,99	699.599,49
Inversões Financeiras	8.000,00	2.800,00	20.000,00	20.920,00	21.880,22	22.788,24
Amortização da Dívida (XIV)	177.369,96	131.594,60	200.000,00	209.200,00	218.802,28	227.882,57
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	683.243,33	300.612,00	634.000,00	663.164,00	693.603,21	722.587,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA + RESERVA DO RPPS (XVI)	0,00	0,00	2.561.230,00	2.679.046,58	2.802.014,81	2.918.298,42
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XVII + XV + XVI)	19.185.879,48	23.340.999,67	29.812.300,00	31.183.665,80	32.614.996,02	33.968.518,32
DESPESA TOTAL	19.363.249,44	23.473.794,87	30.012.300,00	31.392.865,80	32.833.798,30	34.196.400,89
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-1.476.168,05	-824.517,28	190.000,00	198.740,00	207.862,17	216.488,45

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos da Arruda
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17622-PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
RESULTADO NOMINAL
EXERCÍCIO DE 2008

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2005 (b)	2006 (c)	2007 (d)	2008 (e)	2009 (f)	2010 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I)	635.285,14	6.603.798,48	6.867.950,41	7.183.876,12	7.513.616,03	7.825.431,09
DEDUÇÕES (II)	230.046,76	333.411,02				
Ativo Disponível	230.046,76	333.411,02				
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados						
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	405.238,38	6.270.387,46	6.867.950,41	7.183.876,12	7.513.616,03	7.825.431,09
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	405.238,38	6.270.387,46	6.867.950,41	7.183.876,12	7.513.616,03	7.825.431,09
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	405.238,38	5.865.149,08	597.562,95	315.925,71	329.739,91	311.815,06

*: Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício de 2005

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Notas:

Assuero Vasconcelos de Almeida
Prefeito Interino

LAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17322/PE



ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2008

4º. § 2º inciso II da LRF	RS <1,00>					
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
VIDA CONSOLIDADA (I)	635.285,14	6.603.798,48	6.867.950,41	7.183.876,12	7.513.616,03	7.825.431,09
Dívida Mobiliária	635.285,14	6.603.798,48	6.867.950,41	7.183.876,12	7.513.616,03	7.825.431,09
Outras Dívidadas						
EDUÇÕES (II)	230.046,76	333.411,02				
Ativo Disponível	230.046,76	333.411,02				
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Proc.						
DL (III) = (I - II)	405.238,38	6.270.387,46	6.867.950,41	7.183.876,12	7.513.616,03	7.825.431,09

ente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

xt

Assuero Vasconcelos de Araújo
Prefeito Interino

IZAURA P. DA R. MONTEIRO
CONTADOR CRC N. 17822-PE